

"As tarifas públicas podem ser reajustadas abaixo da inflação"

por Carlo Iberê de Freitas
de Brasília

Simplicidade e austeridade são as linhas mestras da política "feijão com arroz" que os ministérios da Fazenda e do Planejamento vão seguir para comandar a economia brasileira nos próximos meses. A explicação é do assessor para assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, Cláudio Adilson Gonçalves.

A austeridade vai começar dentro da própria casa. A partir da decisão do governo de jogar duro nas negociações salariais das suas empresas, concedendo nas datas-base a variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do período, descontando dessa variação as antecipações dadas pela URP, deixando para ser negociado apenas o índice de produtividade, segundo informou o assessor. Assim, ficaria demonstrada a intenção de reverter "a situação de ingovernabilidade das finanças públicas".

Essa fórmula simples de reajuste salarial para as estatais é mais um meio de o governo conter seus gastos, que não podem aumentar. Caso contrário, o governo tem de recuperar sua receita via aumento de tarifas. "E hoje é mais ou menos opinião unânime na área econômica que uma das causas da inflação são os próprios aumentos de tarifas", admitiu o assessor. Por isso, em relação a sua política de preços públicos, o governo não pretende nenhum "choque". Apenas vai garantir que não percam seu valor real, concedendo aumentos iguais à inflação ou até inferiores à sua variação.

Para conceder aumentos inferiores à inflação, o governo montou um grupo formado pela Secretaria de Controle das Estatais (Sest), ministérios da Fazenda e do Planejamento, que estão revisando o orçamento das estatais para este ano, bem como os orçamentos individuais das empresas. A intenção é tentar comprimir "especialmente" no custeio, além de adequar o ritmo dos investimentos das estatais à disponibilidade de recursos. Também o Orçamento Geral da União (OGU), elaborado pela equipe do ex-ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, está sendo reformulado.

Em relação à volta da



Cláudio Adilson Gonçalves

Sest para o Ministério do Planejamento, Gonçalves disse que "é uma decisão irreversível a saída da Sest do Ministério da Fazenda". Na sua opinião, não haverá nenhum problema administrativo com a mudança, devido ao bom relacionamento entre o ministro da Fazenda e o do Planejamento.

As medidas de contenção em estudo são necessárias porque "nada garante que não vai haver uma hiperinflação ou que vamos conseguir uma redução drástica no nível da inflação no curto prazo", explicou o assessor. "A principal sustentação da inflação alta é a indexação da economia. Nunca a economia esteve tão indexada, como todo o mercado financeiro sujeito a correções diárias, com todos os contratos com cláusulas de reajustes mensais, da mesma forma que a política salarial e, que não deve mudar, continuando a URP", adiantou.

Paradoxalmente, entretanto, na sua avaliação, será a própria indexação total da economia que vai estabilizar a inflação. "Não há fortes indícios de explosão inflacionária. A economia brasileira vem se ajustando depois das drásticas modificações provocadas pelo Plano Cruzado, com a demanda em níveis aceitáveis e com bons saldos comerciais, ou seja, tudo sendo restabelecido", analisou.

Gonçalves defendeu uma renegociação da dívida externa "que recoloque o Brasil no mercado internacional; restabeleça a confiança deste mercado no País; regularize as nossas linhas de crédito, principalmente com os bancos privados, além de um "spread" (taxa de risco) condizente com as possibilidades brasileiras".